



Mit
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 255
Proc. n. 938/00
Rubrica: Patrícia

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda**

PROCESSO N.º 938/00

PARECER N.º 1088/03-CF

E M E N T A:

CLDF. Denúncia contra atos praticados pelo ex-Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL da FEDF.

Tratam os autos de Representação do Deputado Wasny de Roure em face do Senhor Antônio Ferreira César, ao argumento de que referido senhor *“que ocupa cargo de confiança no governo, abusando da sua condição de Diretor de Licitação da Fundação Educacional do Distrito Federal, vem praticando atos incompatíveis com os princípios da administração pública, ao qual está sendo imputada a conduta ilícita de amealhar e ostentar padrão de riqueza incompatível com os seus ganhos e com a sua condição de servidor público, suficiente para caracterizar improbidade administrativa em prejuízo ao Erário.”* Em anexo, é juntado documento com denúncia semelhante.

2. A seguir, foram juntadas notícias na imprensa a respeito de depoimento do denunciado à CLDF e ao Jornal Correio Braziliense, confirmando que havia uso de conhecimentos da máquina do Governo para *“ajudar”* empresas de amigos – como Milton Silvério da Silva, dono da Faculdade Caiçaras, em Brazlândia, a conseguir verbas do FAT. O mesmo senhor teria admitido à imprensa que recebeu R\$ 648 mil reais para treinar três mil trabalhadores que, segundo ele, nunca foram treinados. *“Para completar, ele acabou admitindo um crime previsto no art. 324 do Código Penal”*, já que assumiu ser Presidente da Comissão de Licitação da Fundação Educacional sem jamais ter sido nomeado para o cargo. Do mesmo modo, teria sido funcionário do Gabinete do deputado Jorge Cauhy, mas não soube explicar que tipo de trabalho fazia lá.

3. Cópia das Notas Taquigráficas do depoimento prestado à CLDF se encontra a fls. 12, notadamente a fls. 15 e seguintes, podendo ser extraídas as afirmações a seguir:

- Sr. Antônio Ferreira César afirma que na gestão do Deputado Pedro Celso, na Secretaria do Trabalho, esteve ligado à cooperativa de instrutores, ou seja,



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda**

afirma que participou de cooperativa, tanto na época do Governador Cristovam Buarque, quanto no Governo Roriz. *“Atendemos até bem menos. Hoje eu não cheguei a atender 10% do que eu atendia na época em que eu colocava instrutores nas várias instituições que precisavam ministrar cursos por meio da Secretaria de Trabalho, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador”*. No entanto, a fls. 39, o mesmo confirma que a Cooperativa iniciou com a solicitação de recursos do FAT somente *“em 1999”*;

- depoente afirma que as informações que prestou à imprensa o foram sob efeito de embriaguez alcoólica;
- é confirmado que o Sr. Ferreira continuou, na gestão do Deputado Wigberto Tartuce, *“ligado a uma Cooperativa, embora não na Administração”*: *“Cadastrei, junto com alguns amigos, a Cooperativa de Educadores. Fiz alguns projetos para algumas instituições...eu era conhecido no meio das instituições como uma pessoa que entende de tramitação de projetos”*; negou, contudo, que fosse agenciador ou lobista, mas um profissional que trabalha nas horas de folga, fazendo projetos e que era também um professor *“de 20 horas”*;
- as declarações trazem a informação, ainda, de que referido senhor, na qualidade de Presidente da Comissão de Licitações da extinta Fundação, recebeu pedido de abertura de processo de contratação de vagas em escolas particulares e que das três empresas convidadas *“ficou apenas a Faculdade Caiçaras”*, mas não houve a necessidade daquele processo, além de fartas denúncias de irregularidades e de superfaturamento; o depoimento confirma, mais, que o professor orientou o dono da citada faculdade de como proceder para inscrevê-la junto ao FAT. Segundo a deputada Lúcia Carvalho, a Caiçaras, no dia 4/11/99 recebeu R\$ 706.000,00, ou seja, o depoente assessorou o dono da Faculdade, quando ainda trabalhava até novembro, na Comissão de Licitação, apesar de este dizer que em novembro não estava mais lá;
- professor assume que muitas pessoas querem dar cursos mas *“não têm sala”* e ele, então, dizia para a pessoa *“Olha, é impossível”*; ao mesmo tempo, deixa mais uma vez assentado que participou na elaboração da Faculdade Caiçaras;
- é esclarecido que há duas situações: *“uma cooperativa de instrutores, que foi extinta, porque, com relação à cooperativa, a legislação exige que haja no mínimo vinte associados”*; assim é que a Coped *“foi extinta e futuramente um outro grupo de pessoas – até com meu apoio – fundaram outra cooperativa”*;
- no dia 11 de novembro de 1999, alguns dias após a milionária liberação para a Faculdade Caiçaras, denunciada acima pela Deputada Lúcia Carvalho, a Coped assinou um contrato com a Secretaria do Trabalho para receber R\$



Mi
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 257
Proc. n. 938/00
Rubrica: <i>Patrícia</i>

Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda

648.000,00 com o objetivo de qualificar 3.000 trabalhadores até o dia 15 de dezembro do mesmo ano, ou seja, em pouco mais de um mês, a Cooperativa teria que treinar milhares de trabalhadores com qualidade! O depoente afirmou na CLDF que os cursos foram prestados, mais tarde virá a desmentir a afirmação perante técnicos do TCU;

- Sr. Antônio Ferreira foi, assim, um dos fundadores da Cooped, mas não estava mais na administração da Cooperativa;
- depoente não conseguiu, à data do depoimento, que é do ano 2000, recordar-se onde trabalhou no ano anterior, 1999, confirmando ter sido *“por alguns meses”*, o presidente da Comissão de Licitação da fundação Educacional: *“extra-oficialmente...porque não existe na estrutura do Governo do distrito federal, ou, apelo menos, na estrutura da fundação educacional, o cargo específico, com DF específico, com valores específicos de Presidente da Comissão de Licitação...parece-me que a minha data de admissão foi no dia 25/03;96 ou 99”*; além disso foi nomeado pelo Deputado Jorge Cauhy para trabalhar na CLDF: *“há todo um, vamos chamar, ‘jogo de acomodações’, de um Deputado empregar a pedido de outra pessoa, até porque, muitas vezes, emprega-se o cabo eleitoral porque outra pessoa pediu”*, mas, a fls. 29 o depoente diz que a nomeação pode ter partido da deputada Eurípedes Brito, tanto que o depoente se negou a responder qual ao serviço que prestava ao primeiro e se, na verdade, prestaria serviços à segunda;
- a deputada Maninha de posse da ata de fundação da Cooped – cooperativa de educadores, afirma que ela foi criada no dia 20.10.98, alguns dias após o segundo turno das eleições de 1998, assim, na época do Governador Cristóvam, o Sr. Ferreira era Presidente de uma outra entidade: a Cooped – Cooperativa de educadores, Informação, Qualificação e Requalificação, fundada em 23.05.97, e que nunca foi contratada pela SETER; ou seja, não fez contrato algum com o *“Governo Democrático Popular”*, mas, sim, com o *“atual Governo”*;
- depoente confirma que não exerce nenhum cargo na atual Cooped, sendo apenas seu fundador e amigo do dirigente, Sr. Edson Manoel da Conceição; além disso, o professor Ferreira seria também diretor do Colégio Montecarlo, tendo afirmado que fez campanha para o Governador Roriz;
- finalizou o depoente reiterando que a Escola Montecarlo não ministrou cursos profissionalizantes, mas tem espaço para isso, inclusive salão de beleza.

4. No TCDF, o Corpo Técnico ofereceu o relatório de Inspeção 2.0172.00, quando foi esclarecido que *“De interesse para este Processo, é a*



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda**

confirmação, pelo depoente, da sua ligação com empresas envolvidas nos desvios de verbas do FAT, como sociedade de Educação e Cultura caiaças e a Cooperativa de Educadores – COPEDE. Essa ligação foi uma dos critérios utilizados para seleção dos processos de licitação analisados nesta inspeção.”

5. O Corpo Técnico passou a valer-se dos trabalhos do TCU que comprovam que a tal faculdade não tinha salas de aula, nem capacidade financeira ou administrativa para oferecer cursos a mais de oito mil alunos, os quais, a maioria informou não ter feito os cursos. Além do mais, os relatórios finais de atividades não traziam informações consistentes, como, por exemplo, o real número de alunos treinados.

6. Da mesma forma, verificou-se que a Copede é uma cooperativa sem estrutura ou capacidade financeira para treinar acerca de três mil alunos. O próprio Presidente da Cooperativa apresentou como responsável pela execução do projeto o Sr. Antônio Ferreira César. Os cursos só teriam sido ministrados em 2000, após o escândalo. Foi o próprio Senhor Antônio que confessou à equipe de auditoria que não conseguiu dar os cursos em 1999, embora tenha recebido os recursos públicos a esse título.

7. O Corpo Técnico então se posicionou.

8. As conclusões e sugestões foram confeccionadas em maio de 2001 e são as seguintes:

11. Da Representação que originou este Processo, pode-se depreender que, em essência, os pontos centrais versam sobre a prática de improbidade administrativa, com auferimento de vantagem pessoal, por parte do Sr. Antônio Ferreira Cesar, em especial quando do exercício da função de Presidente da Comissão Permanente de Licitação da FEDF.

...

13. Dentre os processos verificados nesta Inspeção, optamos por analisar em autos apartados as Concorrências nºs 03/99 e 05/99 (Processos nºs 082.002.288/99 e 082.008.074/99), ambos destinados à aquisição de módulos (apostilas) para o Supletivo – Fase III, com recursos oriundos do Convênio nº 95.101/98, firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, de valor vultoso, R\$ 1.161.213,05, e com indícios de antieconomicidade, em razão de os documentos e informações compulsados indicarem a necessidade de exame mais apurado. Neste Processo, focalizamos a análise nos Convites nºs 03/99 e 05/99.

...

17. Verificamos, ainda, que, na esfera deste TCDF, a Decisão nº 967/2000 impôs pena ao Sr. Antônio Ferreira Cesar, mediante aplicação de multa, em decorrência da revogação do Processo de Concorrência nº 16/98, sem demonstrar as razões de interesse público, conforme exige o art. 49 da Lei nº 8.666/93 (fls. 50).



Mi
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 259
Proc. n. 938/00
Rubrica: Patrícia

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda**

18. No depoimento que prestou à CLDF, questionado sobre práticas incompatíveis contra os princípios da administração pública, quando ocupou o cargo de Presidente da Comissão Permanente de Licitação, o Sr. Antônio Ferreira Cesar informou que nunca fora nomeado formalmente para o cargo (fls. 21 e 22), o que não condiz com a verdade. O Sr. Antônio foi, de fato, designado para presidir a CPL, conforme documentos de fls. 47a e 47b.

19. No depoimento, o Sr. Antônio Ferreira Cesar confirmou ter sido um dos fundadores da COPEDE e que tinha laços pessoais de amizade com o Diretor dessa Cooperativa, o Sr. Edson Manoel da Conceição dos Santos, tendo inclusive residido em sua casa (fls. 17, 19, 20, 25, 39). Cabe esclarecer que o Sr. Edson era, e continua até hoje, membro da Comissão quando o representado exerceu a função de Presidente (fls. 47b e 48).

20. O Relatório do TCU identificou fortes indícios de concorrência da COPEDE em atos de improbidade administrativa. O Sr. Antônio Ferreira Cesar foi apontado pelo Diretor da COPEDE, o Sr. Edson, como um dos responsáveis pela execução dos cursos com verbas do FAT. Os dois estavam presentes quando da visita dos auditores do TCU, tendo sido os esclarecimentos sobre a realização dos cursos prestados pelo Sr. Antônio.

21. No depoimento à CLDF, o Sr. Antônio Ferreira Cesar confirmou, ainda, ter participado da elaboração do projeto da Faculdade Caiçaras e de ter tornado-se amigo do proprietário, o Sr. Milton Silvério da Silva (fls. 18, 27 e 28). Ressalte-se que o TCU considerou o projeto da Caiçaras inexecutável por insuficiência do número de salas para realizar os cursos. O Relatório afirma que a Entidade "não tinha capacidade financeira ou administrativa para oferecer cursos para 8.283 alunos no valor de R\$ 1.658.076,00" (§ 9). O Sr. Antônio Ferreira Cesar, portanto, participou da elaboração de um projeto que era inexecutável, destinado a desviar recursos do FAT.

22. No depoimento à CLDF, consta também questionamento da Deputada Lúcia Carvalho ao Sr. Antônio Ferreira Cesar a respeito do Contrato nº 02/99, de 12.02.99, firmado entre a FEDF e a Caiçaras, para suprir 570 vagas em Brazlândia (fls. 27 e 28). O Contrato foi realizado sem licitação, na época em que o Representado era Presidente da Comissão de Licitação. O Ajuste foi rescindido, a poucos dias de entrar em vigência e após a emissão do empenho, em virtude de denúncia de sua desnecessidade, em virtude da existência de vagas na rede pública. O fato foi apurado nesta Corte de Contas no Processo nº 928/99. Transcrevemos a seguir trechos do Relatório da Inspeção nº 2.0018.99:

'62. Importante ressaltar ainda que a comunicação da existência de vagas na rede pública foi feita por pessoa não pertencente ao quadro da FEDF. Posteriormente, foi comprovada a existência de 5 salas ociosas no turno matutino, 20 no vespertino e 124 no noturno. Ou seja, a poucos dias de entrar em vigência contrato que envolvia aproximadamente 1,5 milhão de reais, a Fundação Educacional/DRE Brazlândia não teria conhecimento de que as escolas da rede pública poderiam receber os alunos, e assim evitar o considerável dispêndio dos recursos públicos.



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda**

...

71. Apuramos ainda que a contratação, além de não ser necessária, apresentou outros vícios. Alegou-se inexigibilidade de licitação, já que o Centro Educacional Caiçaras era a única escola privada em condições de cumprir o objeto do ajuste. Todavia, a Secretaria de Educação reconheceu que buscou formas de atender os alunos em Ceilândia e Taguatinga. Portanto, caracterizou-se a viabilidade de competição, uma vez que naquelas cidades existem outros estabelecimentos privados aptos a prestar os mesmos serviços.'

23. Das licitações realizadas pela FEDF no período em que o Sr. Antônio Ferreira Cesar esteve à frente da CPL, selecionamos para exame analítico, neste Processo, os Convites nºs 03/99 e 05/99 (Processos nºs 082.000.714/99 e 082.001.328/99–FEDF), referentes, respectivamente, à elaboração do Plano de Educação Média – PEM e do Plano de Educação Profissional – PEP, por estarem envolvidas as empresas COPEDE e Sociedade de Educação e Cultura Caiçaras, ambas ligadas ao representado, por ter sido identificado prejuízo ao erário e por indícios de direcionamento de licitação e fracionamento de despesa.

O CONVÊNIO Nº 88/97/PROEP E OS CONVITES NºS 03/99 E 05/99–FEDF

24. Para implementação do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, no âmbito do Distrito Federal, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a União, representada pelo Ministério da Educação e do Desporto – MEC, denominada Concedente, e o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Educação, denominado Conveniente, celebraram o Convênio nº 88/97/PROEP, assinado em 22.12.97, com o objetivo de “promover estudos e elaborar o Plano de Educação Média – PEM, e o Plano de Educação Profissional – PEP, obedecendo as diretrizes do Ministério da Educação e do Desporto e de acordo com os respectivos Planos de Trabalho” (Anexo I, fls. 41-47). Para execução do objeto, foram repassados ao Distrito Federal recursos no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). A FEDF realizou duas licitações, os Convites nºs 03/99 e 05/99, para contratação de serviços de elaboração do PEM e do PEP, respectivamente (Anexo I, fls. 66-211).

1 - Dos Planos de Trabalho

25. Dentre as tarefas necessárias à elaboração do PEM e do PEP, as que deveriam ser executadas com a contratação de consultores e, portanto, necessitariam de repasse financeiro, são as constantes dos Planos de Trabalho.

...

30. Com objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Convênio nº 88/97, foram celebrados três Termos Aditivos. O Primeiro Termo Aditivo prorrogou o prazo de vigência por 4 (quatro) meses, a contar de 22.08.98 (Anexo I, fls. 57-58). O Segundo Termo Aditivo prorrogou o prazo de vigência por mais 4 (quatro) meses, a contar de 22.12.98 (Anexo I, fls. 63-64). Por fim, o Terceiro Termo Aditivo, assinado em 20.04.99, prorrogou o prazo por outros 4 (quatro) meses, de 22.04.99 a 21.08.99 (Anexo I, fls. 217-218).



Mi
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 261
Proc. n. 938/00
Rubrica: Patrícia

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda**

1 – Da Especificação do Prazo de Entrega

31. A Secretaria de Educação teve, ao total, 18 meses para executar o Convênio, correspondentes a três vezes o prazo de 6 meses inicialmente previsto para execução, sem contar os dois meses reservados para a apresentação da prestação de contas final. No entanto, exigiu da empresa licitada a execução em um prazo de apenas 45 dias (Anexo I, fls. 103 e 105). Não parece sensato.

32. Além disso, o prazo de entrega previsto nos editais não é compatível com a quantidade de horas de consultoria exigidas para a elaboração do PEM e do PEP. A quantidade de horas prevista para os dois planos era de 3.600 h, a serem executadas em 45 dias corridos, ou 33 dias úteis, pois, como relatado nos §§ 47, 48, 51 e 52, a FEDF fez duas licitações concomitantes para contratar a mesma empresa, para execução também simultânea. Isso corresponde a 109 h de consultoria por dia útil. Para se cumprir o prazo, seria necessário uma equipe de no mínimo 14 consultores trabalhando 8 h por dia, ininterruptas. Nas entrevistas realizadas com servidores da Secretaria de Educação que participaram da elaboração dos trabalhos, soubemos que não houve essa quantidade de consultores.

33. O prazo, portanto, não era adequado para a implementação integral dos Planos de Trabalho. Por que então a FEDF fixou prazo tão reduzido? Uma hipótese é que a entidade tencionava executar menos do que o previsto nos Planos, e nesse caso o prazo seria suficiente. Outra hipótese é a levantada no § 92, que a entidade desejava apenas formalizar a prestação de contas do Convênio e agiu em conluio com as empresas, sabendo que o prazo não seria exigido na prática.

34. Se a FEDF realizasse a licitação em modalidade mais ampla, certamente o prazo de 45 dias seria um fator de restrição do caráter competitivo.

35. Ainda com relação ao prazo fixado para entrega, observou-se que os editais são inconsistentes em relação ao início da contagem, pois fixam dois momentos distintos. O item 4.1.7 indica que o prazo é contado “a partir da data de entrega da Nota de Empenho ao fornecedor ou ao seu representante” (Anexo I, fls. 93). Já o Anexo 01 especifica, no item 2.1, que o prazo é contado “da assinatura do contrato” (Anexo I, fls. 103 e 105). Os Contratos não especificam o início da contagem (Anexo I, fls. 197-210). Contudo, a proposta da CONOR especifica que a contagem do prazo é da assinatura do Contrato (Anexo I, fls. 144 e 151).

2 – Da Especificação dos Objetos

36. A especificação dos objetos licitados (Anexo I, fls. 103 e 105) foi insuficiente para o preciso entendimento dos serviços a serem prestados. Foi solicitado apenas o conteúdo mínimo exigido pelo PROEP (Anexo I, fls. 12 e 13). Não se fez referência aos Planos de Trabalho submetidos ao MEC (Anexo I, fls. 31-40), os quais detalham os projetos e cujas metas correspondem aos itens do repasse financeiro do Convênio. Tampouco foi informada a sistemática a ser adotada, estabelecida pelo MEC.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda

...

38. A imprecisão das especificações dos objetos licitados teve origem nos Projetos Básicos consignados nos documentos que solicitaram as contratações, de autoria da Diretora de Educação Básica, Anna Maria Dantas Antunes Villaboim, e da Diretora de Educação Profissional, Maria da Guia Lima Cruz (Anexo I, fls. 67 e 71).

...

40. A par da especificação insuficiente dos objetos, questiona-se a própria lisura dos procedimentos licitatórios. Que veracidade teria a pesquisa de preços realizada pela Administração? Como os licitantes poderiam fazer suas propostas sem informações suficientes sobre o que deveria ser entregue e sobre como deveria ser feito o serviço?

3 – Das Pesquisas de Mercado

41. Não foram isentas as pesquisas de preços realizadas pela FEDF para as duas licitações. A entidade fez apenas dois orçamentos para cada licitação, quando a boa prática indica um mínimo de três. Além disso, as duas empresas pesquisadas, a COPEDE, e a Sociedade de Educação e Cultura Caiçaras, possuem ligações com o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Sr. Antônio Ferreira Cesar (§§ 19, 20 e 21). Outro membro da Comissão Permanente de Licitação, o Sr. Edson Manoel da Conceição dos Santos, matrícula nº 71.777-0, era Diretor da COPEDE na época (§ 19).

42. Ressalte-se que o TCU identificou fortes indícios de concorrência da COPEDE em atos de improbidade administrativa (§ 10), o que desabona essa empresa.

43. Nota-se que os preços fornecidos pelas duas empresas (Anexo I, fls. 73-75 e 81-82) são coincidentemente próximos do limite de R\$ 80.000,00 para a modalidade convite, art. 23, II, a, da Lei de Licitações, apesar de o Plano de Trabalho do PEM ter estimado a despesa em R\$ 100.000,00 (Anexo I, fls. 38).

44. Esses fatos sugerem que a pesquisa de preços pode ter sido manipulada, com objetivo de realizar licitação de modalidade inferior. Já comentamos que os projetos básicos que serviram de subsídio para as pesquisas de preços, e também às propostas dos licitantes, são pouco detalhados (§§ 37, 38 e 39). A FEDF não fez qualquer referência à sistemática do MEC e aos Planos de Trabalho, que especificam os serviços de consultoria.

45. Considerando que o Plano de Trabalho do PEM aprovado pelo Convênio previa a contratação de 2.000 h de consultoria ao preço de R\$ 50,00 a hora (§ 27), depreende-se que o preço fornecido pela COPEDE e Caiçaras contemplava ou número menor de horas de consultoria, ou custo menor da hora. Não há como determinar, pois os preços pesquisados foram fornecidos apenas de forma global, sem detalhamento.

4 – Das Empresas Convidadas

46. A FEDF convidou as mesmas empresas para os dois Convites, a União Educacional de Brasília – UNEB, a Consultoria Organizacional e Serviços S/C



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda**

Ltda. – CONOR, a Sociedade de Educação e Cultura Caiçaras e a Minas Gama Sociedade de Educação e Cultura (Anexo I, fls. 118-121), em desacordo com o disposto no § 6º do art. 22 da Lei de Licitações, com a redação dada pela Lei nº 8.883, de 08.06.94. ...

47. O critério de julgamento técnico das licitações (Anexo I, fls. 104 e 106) foi a mensuração do currículo do profissional indicado pelo licitante como responsável pela execução do projeto e não a mensuração de características intrínsecas do projeto. Buscou-se qualificar os profissionais e não as propostas técnicas. Por esse critério, ao convidar as mesmas empresas para as duas licitações, a classificação técnica obrigatoriamente também seria a mesma nos dois certames.

48. Isso de fato ocorreu. Observamos pelas atas de julgamento que as pontuações técnicas de cada empresa foram exatamente as mesmas nas duas licitações (Anexo I, fls. 183 e 184). A FEDF fez duas licitações distintas para contratar uma única empresa.

5 – Do Fracionamento da Despesa

49. O objetivo do PROEP é criar um sistema de educação profissional (educação para o trabalho) separado do ensino médio (Anexo I, fls. 04). Foi prevista a reforma concomitante do ensino médio, vez que o Programa previa a separação formal entre o ensino médio e a Educação Profissional. O PEM e o PEP fazem parte, portanto, do mesmo programa e por isso o Termo de Adesão da Secretaria de Educação do DF, bem como o Convênio nº 88/97/PROEP contemplaram a elaboração dos dois Planos (Anexo I, fls. 30 e 41-47).

50. Desse modo, os objetos licitados pela FEDF, elaboração do PEM e do PEP, devem ser considerados parcelas de um mesmo serviço, a implementação do PROEP em âmbito estadual. Esse caso está contemplado na primeira parte do § 5º do art. 23 da Lei de Licitações, a qual veda a utilização da modalidade "convite" para parcelas de um mesmo serviço, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços".

...

6 – Dos Indícios de Direccionamento das Licitações e de Conluio entre os Licitantes

53. As propostas técnicas das empresas Caiçaras e Minas Gama, tanto para o PEM quanto para o PEP, possuem textos, estruturas e erros idênticos, fato que é indício de conluio entre os licitantes.

54. As propostas técnicas do PEP das empresas Caiçaras e Minas Gama (Anexo I, fls. 153-158) possuem os mesmos itens e a mesma numeração. O conteúdo (texto) é idêntico, inclusive com o mesmo erro: o primeiro parágrafo do item "justificativa" traz errado o número da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como sendo 9.364/96. O número correto da Lei é 9.394/96. É impossível que tais documentos tenham sido elaboradas por fontes distintas.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda

55. As propostas técnicas do PEM das empresas Caiçaras e Minas Gama (Anexo I, fls. 146-148), mais sintéticas, também possuem a mesma estrutura e o mesmo conteúdo. Destacamos: o idêntico texto de apresentação: “Apresentamos abaixo para apreciação de V. Sas., a nossa proposta para a realização dos serviços de que trata o Convite Nº 03/99–FEDF, qual seja.”; e o mesmo erro: o tópico “Duração do Serviço Técnico Pedagógico” ficou no mesmo nível dos itens que lista, quando deveria estar deslocado à esquerda, como o tópico “Serviços a serem prestados”.

56. Nota-se, ainda, grande semelhança entre as propostas de preço da CONOR e da Caiçaras relativas ao Convite nº 05/99 (PEP) (Anexo I, fls. 139-140). Interessante observar que o padrão dos documentos da Caiçaras mudou entre as licitações (Anexo I, fls. 137 e 140). Na Licitação do PEM, a proposta da Caiçaras possui características distintas das propostas dos outros licitantes, mas na Licitação do PEP, ficou praticamente igual à da CONOR. Até a designação mudou: “PROPOSTA DE PREÇO” no caso do PEM e “PROPOSTA FINANCEIRA”, seguindo o padrão da CONOR, no caso do PEP.

57. Da comparação entre as propostas técnicas e de preço, nota-se que as empresas CONOR e Minas Gama seguem um padrão que é próprio de cada uma. Com relação à empresa Caiçaras, as propostas técnicas seguem o padrão da Minas Gama, e uma das propostas de preço segue o padrão da CONOR.

58. Outro elo de ligação entre os Licitantes é a União Educacional de Brasília – UNEB, do mesmo grupo do Centro de Ensino Técnico de Brasília – CETEB. Listamos a seguir as várias ligações entre eles:

- a) a representante da Minas Gama, Magda Maria de Freitas Querino, era funcionária do CETEB na época da Licitação, exercendo o cargo de Técnica para Projetos Educacionais “A” desde 1995 (Anexo I, fls. 176 e 180);
- b) a representante da CONOR, Vera Lúcia Ariza Gonçalves, foi funcionária do CETEB de out/77 a dez/78, onde exerceu o cargo de Especialista para Projetos Educacionais (Anexo I, fls. 163 e 169);
- c) Vera Lúcia Ariza Gonçalves prestou consultoria para o CETEB entre 1979 e 1988 (Anexo I, fls. 170);
- d) a CONOR, através de seus responsáveis Vera Lúcia Ariza Gonçalves e Herbert de Assis Gonçalves, prestou serviços para a UNEB, desde junho de 1995 até, pelo menos, a data da licitação (Anexo I, fls. 168);
- e) a UNEB foi uma das convidadas para participar das licitações, embora não tenha comparecido (Anexo I, fls. 118 e 134-135);
- f) segundo informações de servidores da Secretaria de Educação que participaram da elaboração do PEP, diversas reuniões de trabalho ocorreram em dependências da UNEB/CETEB.

59. O forte vínculo entre esses três convidados é indício de que as licitações foram dirigidas. A empresa Caiçaras aparentemente não tem relacionamento com as outras, mas é ligada ao Presidente da CPL, Antônio Ferreira Cesar (§ 41). Pode ter participado das licitações com a finalidade de apenas completar o mínimo de três propostas válidas, haja vista que o seu representante técnico



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda

não tem experiência prática em consultoria organizacional e planejamento educacional (Anexo I, fls. 171-174 e 183-184).

60. Ressalte-se ainda que, como já mencionado no § 46, a FEDF absteve-se de convidar pelo menos uma empresa diferente nas duas licitações, em desrespeito ao disposto no art. 22, § 6º, da Lei nº 8.666/93.

...

62. Houve falhas no procedimento de julgamento e classificação das propostas do tipo “melhor técnica”.

63. Não foi observada, na fase de julgamento técnico, a pontuação mínima de 20 pontos exigida nos editais (Anexo I, fls. 104 e 106). A empresa Sociedade de Educação e Cultura Caiçaras obteve o total de 12 pontos em cada licitação (Anexo I, fls. 183 e 184) e não foi desclassificada.

64. O procedimento de julgamento da proposta vencedora foi em desacordo com a lei e resultou em prejuízo para a Administração Pública. ...

65. A Lei estabelece que, nas licitações do tipo “melhor técnica”, deve a Administração buscar o menor preço entre as propostas que obtiveram a valorização técnica mínima. A melhor classificação técnica garante preferência de contratação, desde que o licitante concorde em fornecer pelo menor preço. Caso os licitantes melhor classificados tecnicamente não concordem com a negociação, vence a proposta de menor preço.

...

69. A Administração deveria, obrigatoriamente, ter contratado por R\$ 64.000,00. A empresa CONOR, melhor classificada tecnicamente, teria preferência na contratação, desde que concordasse com esse preço. Caso contrário, deveria ter sido contratada a Minas Gama, cuja proposta também foi qualificada tecnicamente. Como a FEDF contratou por R\$ 78.998,00, houve prejuízo de R\$ 14.998,00 em cada licitação, ou R\$ 29.996,00 no total.

...

71. A responsabilidade pela ilegalidade e o prejuízo dela decorrente é, portanto, da autoridade signatária dos Editais, o presidente da Comissão Permanente de Licitação, Antônio Ferreira Cesar (Anexo I, fls. 102), dos outros membros da Comissão que participaram dessas licitações, Achilles de Santana e Edson Manoel da Conceição dos Santos (Anexo I, fls. 134 e 135), e do ordenador de despesas que homologou os Editais, a Secretária de Educação, Eurides Brito da Silva (Anexo I, fls. 187 e 188).

10 - Da Exigência de Experiência Prévia na Elaboração de PEM e de PEP

72. A exigência de experiência na elaboração de PEM e PEP, item “3a” dos anexos dos editais (Anexo I, fls. 103 e 105), não foi atendida por nenhum dos licitantes. O PEM e o PEP são singulares, pois, de acordo com a Cláusula Primeira e subcláusulas do Convênio nº 88/97/PROEP (Anexo I, fls. 41 e 42), deveriam ser elaborados estritamente de acordo com a sistemática desenvolvida pelo MEC, detalhada no Manual de Planejamento Estratégico para a Reforma e Expansão do Ensino Médio e no Manual de Planejamento Estratégico dos Sistemas Estaduais de Educação Profissional. Portanto, os licitantes só poderiam ter experiência na elaboração de PEM ou de PEP se já



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda

tivessem elaborado esses planos para outra Secretaria Estadual de Educação, o que não ocorreu.

11 - Da Liquidação e Do Pagamento da Despesa

73. Há diversas irregularidades nos procedimentos de liquidação e pagamento da despesa.

*74. No mesmo documento em que homologou os convites, adjudicou os objetos à empresa CONOR e autorizou a emissão das Notas de Empenho, a Secretária de Educação determinou a liquidação e o pagamento da despesa, ou seja, antes mesmo de assinados os contratos: “**Ordeno a respectiva despesa, determino a emissão de Nota de Empenho, bem como a liquidação e pagamento, estando tudo devidamente regularizado**” (Anexo I, fls. 187 e 188, grifos presentes no original). Note-se que o ato da Secretária já considerou, previamente, tudo regularizado. Não caberia outra interpretação, uma vez que esse tipo de ato administrativo não pode ser condicional, pois a finalidade do ato de homologação é a aprovação do procedimento sob exame. ...*

75. Justifica salientar que a condição mencionada pelo ilustre administrativista diz respeito à licitação ou negócio objeto da licitação, e não ao ato de homologação. Se assim não fosse, a autoridade competente, segundo o art. 43 da Lei de Licitações, se eximiria da obrigação que decorre desse dispositivo de verificar a regularidade dos atos pretéritos praticados no procedimento licitatório, dando-lhe eficácia. Como já dissemos no parágrafo anterior, o fim do ato de homologação é a verificação dos atos que integraram o procedimento e saneamento, caso existam irregularidades sanáveis. É ato de controle que exaure seus efeitos na sua edição e, conforme classificação de Hely Lopes Meirelles sobre efeitos dos atos administrativos, é ato consumado, isto é, após sua edição torna-se definitivo, podendo gerar, quando muito, responsabilidade da autoridade competente. Por isso, não comporta termo ou condição para sua exequibilidade. Além disso, a Secretária de Educação, no mesmo despacho, autorizou a lavratura do termo de contrato.

76. Observa-se ausência de correspondência entre os itens especificados nas Notas de Empenho (Anexo I, fls. 189-192) e as metas dos Planos de Trabalho (Anexo I, fls. 33 e 38). De fato, as Notas de Empenho discriminam, cada uma, quatro itens, com seus respectivos preços unitários. A descrição desses itens, entretanto, é desprovida de qualquer sentido lógico. Corresponde à quebra, em quatro partes aleatórias, do trecho do respectivo Anexo do Edital de Licitação que trata dos serviços a serem prestados e sua duração (Anexo I, fls. 103 e 105). Os itens 4 das Notas de Empenho nºs 00038 e 00039, por exemplo, especificam prazo de entrega de 45 dias, com preços de R\$ 20.000,00 e R\$ 10.000,00, respectivamente. Se assim o fosse, tais valores teriam que ser devolvidos, uma vez que o prazo de entrega não foi cumprido, como relatado no § 89. As Notas Fiscais da empresa que prestou os serviços repetem a discriminação descabida das Notas de Empenho (Anexo I, fls. 228, 229, 231 e 232).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda

77. As notas fiscais de entrega dos serviços datam de 12.04.99 (Anexo I, fls. 227-232) e foram atestadas antes que os executores dos contratos tivessem sido formalmente designados (Anexo I, fls. 223-224). Em 12.04.99, a Sra. Maria da Guia Lima Cruz, matrícula nº 71.759-2, atestou os serviços do PEP, no verso das notas fiscais nºs 327 e 328. Entretanto, ela só foi indicada como executora em 19.04.99 e designada em 28.04.99, ato publicado em 29.04.99 (Anexo I, fls. 222, 224 e 226). Com relação aos serviços do PEM, a Sra. Anna Maria Dantas Antunes Villaboim, matrícula nº 71.757-6, atestou a execução em 15.04.99, mas só foi designada como executora em 19.04.99 (indicação em 07.04.99), ato publicado em 22.04.99 (Anexo I, fls. 223 e 225). Verificou-se ainda que, na data das atestações, os serviços não estavam concluídos (§§ 81-88).

78. Portanto, o pagamento dos serviços, ocorrido em 20.04.99 (Anexo I, fls. 238-242), foi anterior às publicações dos atos de designação dos executores dos contratos. No caso do PEP, o pagamento deu-se antes mesmo da assinatura da designação do executor do respectivo contrato, ocorrida em 28.04.99.

79. É interessante confrontar a celeridade dos procedimentos da fase interna das licitações com a demora na indicação dos executores dos contratos. Verificou-se que os procedimentos da fase interna das licitações (pesquisa de mercado, classificação da despesa, pesquisa da existência de recursos, autorização para a licitação, análise e parecer sobre as minutas dos Editais, indicação dos membros das Comissões de Julgamento Técnico e envio dos avisos de licitação para publicação) ocorreram todos em um único dia: 02.02.99 (Anexo I, fls. 70-116). Os contratos foram assinados em 26.02.99 (Anexo I, fls. 203 e 210), mas o executor do PEM só foi indicado em 07.04.99, 38 dias após, e o executor do PEP, em 19.04.99, 50 dias após (Anexo I, fls. 221-222), sendo que os contratos previam prazo de execução de 45 dias da assinatura (§ 35).

80. Os Planos de Trabalho previam a entrega de um relatório para cada uma das metas indicadas (Anexo I, fls. 33-34, 38-39 e 250). Tais relatórios, entretanto, não foram localizados. Obtivemos apenas cópia do PEM e do PEP propriamente ditos (Anexo II), contemplando os formulários previstos no Manual de Planejamento Estratégico para a Reforma e Expansão do Ensino Médio e no Manual de Planejamento Estratégico dos Sistemas Estaduais de Educação Profissional.

81. Informações obtidas com servidores da Secretaria de Educação que participaram dos trabalhos junto aos consultores da CONOR indicam que a execução dos serviços ocorreu após o respectivo pagamento, em desacordo com o art. 59 do Decreto Distrital nº 16.098, de 29.11.94, que veda o pagamento antecipado de despesa. O fato é corroborado com provas documentais, relacionadas nos parágrafos seguintes.

82. Fomos informados que a Pesquisa PROMED/PEM/DF, que realizou coleta dos dados que subsidiaram os trabalhos do PEM, teria sido realizada nos meses de maio e junho de 1999. A capa da Pesquisa traz a data "junho 1999" (Anexo II, fls. 57).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda

83. O documento que nos foi entregue como sendo a versão final do PEM traz no Formulário 01 – Cadastro do Órgão e do Dirigente – a data de 04.06.99 (Anexo II, fls. 246). Além disso, o Formulário 17-2 traz nota de rodapé informando que foi utilizado “Dólar a preços de 24.05.99 \$ 1,6990” (Anexo II, fls. 290).

84. Com relação ao PEP, obtivemos documento preliminar, pertencente à executora do contrato, Sra. Maria da Guia Lima Cruz, que seria a 1ª versão do trabalho, conforme anotação e assinatura na capa (Anexo II, fls. 01-56). Nesse documento há várias anotações manuscritas de correções que ainda seriam feitas, indicando tratar-se realmente de versão preliminar. Outra evidência de que o documento não estava concluído é a ausência dos formulários nºs 22, 23, 27, 28, 31, 32, 36, 37 e 39-48. Destacamos a seguinte anotação, também indicativa de que o trabalho ainda não estava pronto para ser entregue (Anexo II, fls. 49):

‘Entregar o Projeto-DF? — Só completo.
Não é só preenchimento de formulários’.

85. Pois essa primeira versão já é posterior ao pagamento, ocorrido em 20.04.99, conforme apontam os seguintes indícios: o Formulário 01 traz a data de 31.05.99 (Anexo II, fls. 02); o Formulário 35 traz no rodapé a observação de que foi utilizado “Dólar a preços de 24.05.99 \$1,6990” (Anexo II, fls. 46); na referência bibliográfica consta Resolução da FEDF publicada em 28.04.99 (Anexo II, fls. 55); uma das anotações relaciona providências que teriam sido orientadas por coordenadores do PROEP/SEMTEC/MEC em 28.05.99 (Anexo II, fls. 46).

86. O documento que nos foi entregue como sendo a versão final do PEP (Anexo II, fls. 73-154) indica nas capas dos seus vários elementos o mês “junho/1999” (Anexo II, fls. 73, 75-81) e traz no Formulário 01 a data de 24.06.99 (Anexo II, fls. 82). Nesse documento verifica-se que vários formulários sofreram alterações de conteúdo em relação à “1ª versão”, comentada acima. É o caso dos formulários nºs 09, 11, 12, 14-21, 24-26, 29, 30, 33-35, 38, 49 e 50. Porém, observa-se nesse documento a ausência dos formulários nºs 41, 42, 43, 46 e 47, os quais, provavelmente, ainda não estariam concluídos.

87. Obtivemos ainda uma terceira versão do PEP (Anexo II, fls. 155-244) que traz na capa o mês “OUTUBRO/1999” (Anexo II, fls. 155) e no Formulário 01 a data de 14.10.99 (Anexo II, fls. 156). Nessa versão, vários dos formulários foram modificados em relação à versão de 24.06.99: confrontar formulários nºs 06, 10, 16, 18-26, 29-40, 44, 45, 49 e 50. Por fim, apenas essa versão traz a assinatura da Secretária de Educação no Formulário 01.

88. Portanto, o pagamento dos serviços foi anterior à conclusão dos mesmos. O pagamento ocorreu em 20.04.99 (Anexo I, fls. 238-242), mas o PEM e o PEP só teriam sido concluídos em 04.06.99 e 14.10.99, respectivamente.

89. Dos fatos acima também se depreende que não foi cumprido o prazo de 45 dias, contado da assinatura do contrato, conforme exigido no item 2.1 dos Anexos dos Editais (Anexo I, fls. 103 e 105). Considerando-se que os contratos foram assinados em 26.02.99, os trabalhos deveriam ter sido



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda

concluídos até 14.04.99. O PEM e o PEP teriam sido entregues, respectivamente, em 04.06.99 e 14.10.99 (§§ 83 e 87), com atrasos de 51 e 183 dias, respectivamente. A empresa teria executado os serviços, aproximadamente, no dobro do prazo exigido para o PEM, e no quádruplo do tempo exigido para o PEP.

12 - Das Penalidades por Atraso na Entrega

90. Não consta dos processos da FEDF a justificativa para atraso prevista no item 8.1 da Cláusula Oitava dos Contratos (Anexo I, fls. 199 e 206). O item 8.2 prevê penalidades, no caso de não apresentada a justificativa, inclusive multa de mora. As penalidades não foram aplicadas ao prestador, mesmo porque a FEDF atestou irregularmente a entrega dos serviços (§§ 77 e 81), o que configura fato grave. Deve o Tribunal considerar irregulares as atestações procedidas com determinação à Secretaria de Educação para que aplique à CONOR as penalidades cabíveis. Quanto aos executores dos contratos, devem ser chamados a prestar esclarecimentos sobre os fatos, com vistas a aplicação de multa.

...

92. Verificou-se que a FEDF, apesar de exigir prazos reduzidos nos instrumentos convocatórios, negligenciou os prazos quando da execução dos serviços. Mais do que negligenciar os prazos, a FEDF foi conivente com o prestador dos serviços. Por quê? Talvez porque a FEDF, ao fixar o prazo de entrega dos serviços, estivesse mais interessada em formalizar a prestação de contas do Convênio nº 88/97/PROEP do que propriamente em concluir o seu objeto.

13 - Da Prestação de Contas do Convênio nº 88/97/PROEP

93. O prazo de 45 dias de execução teria sido, talvez, o máximo possível para que a FEDF pudesse realizar o pagamento ao contratado e prestar contas do Convênio antes do vencimento do Segundo Termo Aditivo, em 21.04.99 (Anexo I, fls. 63-64), de forma a evitar a necessidade de nova prorrogação. Entretanto, tendo a FEDF realizado o pagamento ao fornecedor apenas em 20.04.99, houve necessidade do Terceiro Termo Aditivo ao Convênio, o qual foi assinado também em 20.04.99 (Anexo I, fls. 217-218).

94. A prestação de contas final do Convênio, referente ao ano de 1999, com parecer pela regularidade da aplicação dos recursos elaborado pela então Diretora Executiva da FEDF, Sra. Maristela de Melo Neves Mendes, foi encaminhada pela Secretária de Educação, em 18.08.99, ao Diretor Executivo do PROEP/SEMTEC, Sr. Raul David do Valle Júnior, e ao Diretor do Departamento Geral de Contabilidade da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal – DGC/SEFP, Sr. Edilson Felipe Vasconcelos (Anexo I, fls. 245-254).

95. A Divisão de Tomada de Contas do Departamento Geral de Contabilidade – DTC/DGC, da SEFP, aprovou, em 23.09.99, a Prestação de Contas do Convênio nº 88/97/PROEP, fundamentando-se na consideração de que “não foi verificado nenhum fato causador de prejuízo ao erário e ainda, tendo sido constatada a regularidade da aplicação dos recursos pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, conforme parecer”. O Processo respectivo, de



Mi
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 270
Proc. n. 938/00
Rubrica: Patrícia

Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda

nº 030.000.353/98, foi arquivado na Seção de Documentação Contábil do Departamento Geral de Contabilidade, nos termos do § 10 do art. 18 do Decreto nº 16.098/94 (Anexo I, fls. 255-257).

96. As ilegalidades e irregularidades constatadas nesta Inspeção, bem como o prejuízo identificado, vão de encontro ao parecer da Sra. Maristela (Anexo I, fls. 253), então Diretora Executiva da FEDF, e ensejam a retificação do ato da SEFP. Os fatos aqui constatados devem ser comunicados também ao Diretor Executivo do PROEP/SEMTEC, para as providências da alçada federal.

97. Por fim, não consta que a FEDF tenha efetuado, até 28.02.99, a Prestação de Contas referente ao ano de 1998, mesmo não tendo sido realizada qualquer despesa nesse ano. Conforme alertado pelo Ofício nº 014/99/MEC/SEMTEC/PROEP, enviado a Secretária Eurides Brito da Silva (Anexo I, fls. 212), dentre os atos legais e normativos mencionados no Convênio nº 88/97, encontra-se a Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria de Tesouro Nacional, ...

98. O PROEP contempla, como pré-investimento, a elaboração dos planos estratégicos PEM e PEP e a elaboração dos Planos Estratégicos das Escolas – PECs. Em nível de investimento, estão previstos a implementação do PEP e dos PECs (Anexo I, fls. 09 e 10).

99. Atualmente, a Secretaria de Educação possui cinco escolas técnicas: Colégio Agrícola de Brasília – CAB; Centro Educacional Profissionalizante de Saúde – CEP/Saúde; Escola de Música de Brasília – EMB; Centro de Educação para o Trabalho – CET; e Escola Técnica de Brasília – ETB. Conforme informações de servidores da Gerência de Educação Profissional – GEP, da Diretoria de Educação Média e Tecnológica – DEMTEC, os PECs dessas escolas já foram elaborados e aprovados. Não houve necessidade de utilização de recursos de pré-investimento do PROEP, pois os Planos foram realizados pelos próprios servidores das escolas, com orientação do MEC.

100. Para a implementação do PEP e dos cinco PECs, foram assinados seis convênios, os quais contemplam repasse de recursos do PROEP no montante de R\$ 10.036.815,00 (dez milhões, trinta e seis mil e oitocentos e quinze reais), para obras, serviços e compra de equipamentos, material didático e mobiliário ...

101. Existem, atualmente, 30 licitações para os Convênios acima referidos, no valor de R\$ 4.172.557,86 (quatro milhões, cento e setenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e seis centavos), nenhuma das quais finalizada (Anexo I, fls. 260-263). Apenas cinco licitações estão com o edital publicado. Contudo, a maioria deve se publicada em breve (em análise pelo MEC ou já aguardando publicação). ...

102. Entre os processos do PROEP/MEC, verificamos indícios de fracionamento da despesa com uso de modalidade licitatória inferior nos Convites nºs 45 e 47, ambos para contratação de consultoria para o DEMTEC, nos valores de R\$ 18.400,00 e R\$ 80.000,00, respectivamente (Anexo I, fls. 263, 265 e 267). Há ainda dois processos para aquisição de serviços de capacitação com inexigibilidade de licitação, nos valores de R\$



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda**

16.200,00 para a EMB e R\$ 23.924,00 para a ETB. Essas licitações e inexigibilidades, entretanto, não são objeto desta Inspeção.

103. Tendo em vista as irregularidades, ilegalidades e prejuízo observados no Convênio nº 88/97/PROEP, entendemos oportuna a realização de auditoria nesses seis convênios, que contemplam investimentos de ordem de grandeza 60 vezes maior que os verificados nesta Inspeção. O momento é propício, em virtude de a maioria das licitações (correspondente a 90,4% do valor total) ainda não ter sido publicada.”

9. O Inspetor, contudo, Jayme Santiago entendeu que na fase preliminar não havia ainda como formar juízo acerca da materialidade do “delito”.

10. O Tribunal autorizou a oitiva dos responsáveis em 6.12.01.

11. Vários foram os pedidos de prorrogação de prazo, quando deu entrada nesta Corte a 1ª defesa em 16/05/02.

12. Alegou-se, em preliminar, a nulidade dos autos por haver sido baseado em documento apócrifo. A esse respeito, há total improcedência, como, aliás, o STF já pacificou no MS 24369, já que foi dito que o Tribunal de Contas tem o dever de fazer as devidas apurações, nesses casos.

13. No mérito, informa não ser jamais filho de Maria da Guia; diz que não praticou irregularidades no SENAC; desmente haver possuído um Uno ou Honda Civic, muito menos lotes ou projeções. Alega que sobre as denúncias em questão processou o jornal Correio Braziliense e que foi absolvido de denúncia a ele imputada pelo Deputado Pedro Celso.

14. Finaliza procurando isentar-se de responsabilidade, ou seja, o fracionamento de despesas e a pesquisa seriam procedimentos anteriores à licitação, e, só após, é que o postulante teria atuado. Para isso, ressalta a competência da Diretoria Executiva ou mesmo da procuradoria jurídica que analisou a minuta do edital. No mesmo contexto, expressa não ter participado nem da designação nem da formação da comissão de julgamento das propostas técnicas. Por outro lado, diz que não há prova de existiam cadastrados não convidados. Insiste que não houve favorecimento, e o fato das semelhanças entre as propostas, seria fato absolutamente normal e razoável; situação própria e corriqueira.

15. Em conclusão, entende que *“tem-se por adequadamente justificada as supostas faltas existentes e atribuídas ao postulante, mostrando irrefutavelmente que não existem tais faltas, e sucessivamente, ainda que se as entendesse existentes não poderiam ser atribuídas à responsabilidade do postulante.”*



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda

16. Em seguida, Maria da Guia Lima Cruz responde a fls. 178. Ela esclarece que trabalhou com o primeiro defendente, no SENAC, e também, na extinta FEDF. De igual modo, lembra que era Diretora do Departamento de Pedagogia, e que o cargo integrava a estrutura que incluía a diretoria executiva, a procuradoria jurídica e a Presidência, que assinava os contratos, e que, por isso, não possuía qualquer atribuição de coordenação e execução de atividades ligadas à área de licitação ou contábil financeira. Ademais, entende que *“atestou a execução dos serviços contratados em 12/04/99 e somente veio a ser designada como executora do contrato em 28/04/99, ato publicado em 29/04/99”*, não havendo como validar tais atos processuais, posto que não tinha a mesma competência para exercitá-los. Diz o ato de sua designação ter vício e que jamais foi alertada ou lhe tendo assinado notas de boa fé, nem teria sido dito a ela que deveria elaborar relatórios.

17. Conclui, entendendo que *“não ocorreu desvio de finalidade, mas tão somente uma sucessão de erros administrativos, desde a formulação do projeto, não sendo a requerente responsável por eles.”* Registra, ainda, que *“não houve negligência quanto ao cumprimento dos prazos acordados.”*

18. Em seguida, foi a vez de Anna Villabolim oferecer razões de justificativas, defendendo igualmente que os executores do contrato não foram os responsáveis pelas falhas na especificação do objeto e do prazo de entrega. Defende a não ocorrência de pagamento antecipado, já que a execução dos serviços foi atestada antes do pagamento.

19. Achilles de Santana e Edoson Manoel da Conceição juntos falaram a fls. 202 e seguintes a respeito do alegado fracionamento de despesa. Defendem que o PEP e o PEM apesar de fazerem parte do PROEP são serviços de natureza específica, daí a opção de licitar separadamente. De resto, dizem não ter havido as ilegalidades elencadas pelo Corpo Técnico, defendendo haverem sido convidadas quatro empresas, inclusive.

20. Eurides Brito da Silva e Maristela Neves foram as que por último se manifestaram, fls. 208 e seguintes, praticamente repetindo os argumentos anteriores, quanto ao alegado fracionamento de despesa. Defende que as pesquisas foram realizadas e também expressa-se de modo semelhante quanto ao entendimento de que o expediente adotado privilegiou o princípio da melhor competitividade. Da mesma forma são as alusões feitas aos restantes dos questionamentos feitos pelo Corpo Técnico.

21. A fls. 225, então, foi ofertado o trabalho da Instrução, analisando uma a uma as defesas apresentadas;



Mi
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 273
Proc. n. 938/00
Rubrica: Patrícia

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda**

18. Preliminarmente, quanto ao alegado anonimato, cumpre-nos ressaltar que esta Corte foi acionada por Parlamentar Distrital, devidamente qualificado nos autos, o que afasta eventual defeito quanto a esse quesito.

19. Quanto ao mérito, consideramos parcialmente procedentes as razões de justificativa do defendente.

...

24. Persiste, pois, a responsabilidade pelas falhas apontadas nos §§ 53 a 71 do Relatório de Inspeção n.º 2.0172.00, das quais resultaram prejuízo ao erário. Até porque, como é consabido, a comissão de licitação é responsável pela autoria do Edital e não há como beneficiar-se da própria torpeza. O Parecer da Procuradoria Jurídica, alegado pelo defendente como pretensa justificativa, não possui o condão de afastar a impropriedade: primeiro, porque não é vinculante e, segundo, ainda que o fosse, indicaria tão-somente responsabilidade solidária dos pareceristas.

...

35. Consideramos parcialmente procedentes as razões de justificativa formuladas pelos defendentes. Dada a semelhança dos argumentos, entendemos aplicáveis, aqui, as conclusões a que chegamos quanto às justificativas do Sr. Antônio Ferreira César, expostas nos §§ 20 a 23.

36. Persiste, pois, a responsabilidade pela falha, apontada nos §§ 53 a 71 do Relatório de Inspeção n.º 2.0172.00, da qual resultou prejuízo ao erário, como explanado no parágrafo 24 supra.

maria da guia lima cruz – FLS. 177 A 195

...

46. Concluimos que suas razões de justificativa procuram fundamentar-se em uma sucessão de erros administrativos, a começar pela formulação do projeto do PEP. Somos pelo indeferimento de suas razões de justificativa, pelo seguinte:

- conforme Memorando nº 001/99 (fl. 70/1*), a defendente solicitou à Diretora Executiva providências para a contratação de empresa para promover estudos e elaborar o PEP. A especificação constava do objeto e prazo de entrega dos serviços. Então, não há como negar que, apesar de à época a defendente exercer o cargo de Diretora do Departamento de Pedagogia/Educação Profissional da FEDF, foi responsável por definir as especificações e prazo dos serviços a serem executados;
- ao assinar as Notas Fiscais, mesmo não sendo formalmente a executora técnica, não há como negar a responsabilidade pelo que se está atestando, em homenagem ao interesse público em questão;
- como executora do contrato, detinha obrigação de acompanhar o Plano de Trabalho do PEP, no qual havia a obrigatoriedade de elaboração de relatórios para cada meta; nas justificativas apresentadas, não há comprovação documental de nenhum relatório elaborado; não se justifica o fato de sua participação ter-se iniciado somente na fase de execução, como alega a defendente, pois a partir da atestação de recebimento dos serviços na Nota Fiscal, há a



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda

obrigação de responder pelos seus atos. Além do mais, não há comprovação documental, também, do acompanhamento de todas as fases do Projeto nas unidades escolares, conforme afirmou a defendente;

- *o prazo de entrega foi dilatado sem justificativa das partes; não se justificaria somente para aprimoramento no projeto. Além do mais, o prazo de entrega de serviços dessa natureza deve-se contar a partir da versão final, com todas as alterações e correções efetuadas. Vale lembrar que o prazo foi condicionante na competição entre os licitantes, não pode simplesmente desconsiderá-lo após a licitação, além do mais, o contrato deve ser fielmente cumprido, não consta qualquer alteração do mesmo em relação aos prazos;*
- *erros administrativos ocorreram, que englobam a omissão da Diretora do Departamento de Pedagogia da FEDF/ Educação Profissional, ao constatar tais falhas e não exigir a sua imediata correção. Todavia, isso não afasta a responsabilidade da defendente.*

...

56. Somos pelo indeferimento das razões de justificativa apresentadas, pelo seguinte:

- *conforme Memorando nº 044/99 (fl. 66/7*), a defendente solicitou à Diretora Executiva providências para a contratação de empresa para promover estudos e elaborar o PEM. A especificação constava do objeto e prazo de entrega dos serviços. Então não há como negar que, apesar de à época a defendente exercer o cargo de Diretora do Departamento de Pedagogia/Educação Básica da FEDF, foi responsável por definir as especificações e prazo dos serviços a serem executados;*
- *ao assinar as Notas Fiscais, mesmo não sendo formalmente a executora técnica, não há como negar a responsabilidade pelo que está atestando. Além do mais, está sendo questionado o fato de os serviços não estarem concluídos, quando da atestação, propiciando o pagamento antecipado;*
- *quanto ao atraso na entrega, a alegação de existência de correções e atendimento de questões de ordem interna, longe de justificar a falha, faz presumir falha na supervisão dos serviços que, se acompanhados devidamente, não demandariam correções posteriores; o prazo de entrega foi dilatado sem justificativa das partes. Além do mais, o prazo de entrega de serviços dessa natureza deve-se contar a partir da versão final, com todas as alterações e correções efetuadas;*
- *a ausência dos relatórios não foi justificada;*
- *além de tudo, o Decreto nº 16.098/94, art. 13, § 3º, detalha a competência e responsabilidade do executor, que não foram observadas:*
 - ‘l- verificar se o custo e o andamento das obras e serviços ou a aquisição de materiais se desenvolvem de acordo



Mi
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 275
Proc. n. 938/00
Rubrica: Patrícia

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda**

com as respectivas Ordem de Serviço e Nota de Empenho;

- II- prestar à unidade setorial de orçamento e Finanças, ou órgão equivalente, informações necessárias ao cálculo do reajustamento de preços, quando previsto em normas próprias;
 - III- dar ciência, ao órgão ou entidade contratante, sobre:
 - a) **ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado;**
 - b) **alterações necessárias ao projeto e suas conseqüências no custo previsto;**
 - IV- atestar a conclusão das etapas ajustadas;
 - V- verificar a articulação entre as etapas, de modo que os serviços não sejam prejudicados;
 - VI- **remeter, até o quinto dia do bimestre subsequente, relatório de acompanhamento das obras ou serviços contratados ao órgão ou entidade contratante e ao órgão responsável pela supervisão técnica;**
 - VII- receber obras e serviços, ouvido o órgão responsável pela supervisão técnica.
- com relação à atestação, o Decreto nº 16.098/94, art. 16, Parágrafo Único descreve que “No Atestado de Execução, será especificado, detalhadamente, o equipamento recebido, o serviço ou a obra executada, o valor, sua localização e o período de execução”, o que não foi observado no caso em análise.

...

74. Não concordamos com os seguintes tópicos das razões de justificativa apresentadas pelas defendentes:

- o Convênio nº 88/97/PROEP tem como objeto a promoção de estudos e elaboração do Plano de Educação Média – PEM e do Plano de Educação Profissional – PEP. Portanto, não foram celebrados 2 (dois) convênios, justamente por serem ambos os planos parte de um todo. Conforme o art. 23, § 5º, da Lei nº 8.666/93, o objeto se enquadra em serviços de mesma natureza e em mesmo local que poderiam ser realizados conjunta e concomitantemente. Tanto que: o valor discriminado no convênio foi único, R\$ 180.000,00; a empresa executora foi a mesma; e os serviços foram realizados concomitantemente;
- o descumprimento da negociação de preços determinada nos incisos II e III do § 1º do art. 46 da Lei nº 8.666/93 ficou claro, pois o preço máximo já é previsto no § 1º e foi definido, da mesma forma, no Edital. Porém, a negociação do preço com a melhor empresa classificada não existiu, conforme estabelecem os incisos II e III. Houve, portanto, prejuízo ao erário de R\$ 29.996,00. Não há como admitir, na homologação, ausência de responsabilidade da autoridade competente quanto ao resultado. Até porque, na conclusão do processo licitatório, o Presidente da CPL submeteu a adjudicação dos convites à Diretoria Executiva e despachou,



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda

em seu último parágrafo, nos termos seguintes - “Caso V.S.^a assim o **ajuíze**, a licitação **poderá ser HOMOLOGADA** e a despesa correspondente ser **ORDENADA**.”. Assim, fica realmente comprovada a responsabilidade das autoridades na continuidade do processo licitatório;

- a extemporânea designação do executor do Contrato nº 03/99-FEDF, não é mero formalismo, ou exagero, como afirmado. Ao contrário, trata-se de cumprimento de lei, que estabelece claramente a designação de executor técnico para o supervisão, fiscalização e acompanhamento dos serviços;
- o pagamento antecipado ocorreu, vez que a versão final foi entregue após a realização do pagamento, como as próprias defendentes afirmaram. Um serviço que sofreu várias alterações e que necessitou de correções para melhor se adequar aos interesses da Administração Pública, até a sua real conclusão, não poderia ter sido considerado entregue e, pior, pago, pois mitigado o resguardo dos interesses da Administração. Além do mais, tem-se confirmada inadequada supervisão e acompanhamento na execução dos serviços;
- técnica básica de controle, quer público ou privado, o exato e completo preenchimento dos documentos fiscais é norma indeclinável para o gestor público. O argumento erguido – de que as indicações constariam do edital ou dos processos, em fases anteriores – perde-se no exato momento em que, inadequadamente preenchidos os documentos fiscais, o gestor se vê desprovido de elementos probatórios da regular aplicação dos recursos públicos despendidos. Observe-se não se tratar de Nota de Empenho, em que pese a boa técnica de administração contábil-financeira exija o correto preenchimento e discriminação do referido documento. A falha consiste na lacônica referência dos DOCUMENTOS FISCAIS. Tais documentos dão suporte fático e legal aos gastos e sua correta emissão torna-se, por isso, elemento indissociável do constitucional dever de prestar contas;
- com relação à atestação, o Decreto nº 16.098/94, art. 16, Parágrafo Único descreve que “No Atestado de Execução, será especificado, detalhadamente, o equipamento recebido, o serviço ou a obra executada, o valor, sua localização e o período de execução”, o que não foi observado no caso em análise. Veja-se que este fato corrobora o entendimento que defendemos no tópico precedente;
- em que pese terem alegado que os relatórios previstos nos Planos de Trabalho do PEM e do PEP seriam de responsabilidade da Administração, tais documentos não foram apresentados nesta oportunidade. A afirmação de que tais relatórios teriam sido elaborados anteriormente ao procedimento licitatório, e que, por isso, estariam nos autos, colide com a previsão do Cronograma de Execução (fls. 33/4 e 38/9*), donde improcedentes as justificativas quanto a este aspecto;
- os fortes indícios de direcionamento das licitações e combinação entre os licitantes ficou sugerido, portanto as



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda

evidências apresentadas (§ 54, fls. 78) são suficiente para declarar a inidoneidade das empresas para participar de licitações no âmbito da Administração Pública do DF por prazo de um ano nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (§ 21).

75. *Concordamos com os seguintes tópicos das razões de justificativa apresentadas:*

- *para a pesquisa de preços foram convidadas 2 (duas) empresas, e não vislumbramos dispositivo legal que obrigue a consulta a pelo menos 3 (três) empresas;*
- *com o convite feito a 4 (quatro) empresas, as únicas cadastradas, entendemos cumprido o art. 22, § 6º, da Lei 8.666/93;*
- *em que pese a fragilidade da comprovação de experiência prévia na elaboração do PEM e do PEP, mediante currículos e atestados de capacidade técnica, entendemos que, se não de formal cabal, em certo nível alguma experiência foi indicada.*

CONCLUSÃO

76. *Em razão das conclusões expendidas na presente análise, para fins de aplicação da multa prevista no art. 57, inciso III, da Lei Complementar nº 01/94, consideramos parcialmente procedentes as razões de justificativa dos seguintes responsáveis :*

- **MARIA DA GUIA LIMA CRUZ;**
- **ANNA MARIA DANTAS ANTUNES VILLABOIM;**
- **MARISTELA DE MELO NEVES;**
- **EURIDES BRITO DA SILVA;**
- **ANTÔNIO FERREIRA CESAR;**
- **ACHILLES DE SANTANA;**
- **EDSON MANOEL DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS.**

77. *Em razão da audiência procedida e ora analisada, entende-se suprida a determinação do art. 2º, § 4º, alínea a, da Emenda Regimental nº 1/98, com redação dada pela Emenda Regimental nº 4/99. Consequentemente, podem ser os autos convertidos em Tomada de Contas Especial, nos termos da alínea b do referido dispositivo, devendo ser procedida citação dos responsáveis solidários indicados a seguir, para recolherem o débito de R\$ 29.996,00 ou apresentarem defesa, com base no art. 13, II, da LC nº 01/94:*

- **ANTÔNIO FERREIRA CESAR;**
- **ACHILLES DE SANTANA;**
- **EDSON MANOEL DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS;**
- **EURIDES BRITO DA SILVA.**

78. *Conforme as evidências verificadas de conluio entre os licitantes nos Convites nºs 03/99 e 05/99, somos pela declaração de inidoneidade das empresas – Sociedade de Educação e Cultura Caiçaras, Minas Gama Sociedade de Educação e Cultura, Consultoria Organizacional e Serviços S/C Ltda (CONOR) – para participar de licitações no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal por um prazo de um ano nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92.*



Mi
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 278
Proc. n. 938/00
Rubrica: Patrícia

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda**

SUGESTÕES

Diante do exposto, sugerimos ao egrégio Plenário:

- I - tomar conhecimento das razões de justificativas apresentadas em face da Decisão n.º 145/2001 para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes para elidir as impropriedades apontadas pela instrução;*
- II - aplicar aos responsáveis nominados no § 76, a multa prevista no art. 57, III, da Lei Complementar nº 01/94;*
- III - converter, com esteio no art. 2º, § 4º, alínea a, da Emenda Regimental nº 1/98, com redação dada pela Emenda Regimental nº 4/99, os presentes autos em Tomada de Contas Especial, determinando, nos termos do art. 13, II, da LC nº 01/94, a citação dos responsáveis solidários nominados no § 77, para, em 30 dias, apresentarem defesa ou recolherem o valor do débito apontado, com a devida atualização;*
- IV – devido as evidências verificadas de conluio entre os licitantes, declarar a inidoneidade das empresas – Sociedade de Educação e Cultura Caiçaras, Minas Gama Sociedade de Educação e Cultura, Consultoria Organizacional e Serviços S/C Ltda (CONOR) – para participar de licitações no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal por um prazo de um ano nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92.*

22. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer e, especialmente, a este Gabinete, no mês de julho, em virtude de distribuição ocorrida por ocasião da posse dos novos Procuradores.

23. A proposta é portanto de citação dos particulares, com a qual concorda o Ministério Pública, em linha de entendimento coerente com o parecer proferido nos autos no. 3308/99, entendendo que não é o caso, ainda, de analisar a procedência ou a improcedência das defesas já apresentadas, vez que é preciso aguardar todas as respostas, até que tal fase se complete em sua inteireza.

24. Por outro lado, ressalta-se a gravidade da presente denúncia. Está materializado, com o depoimento do próprio professor Ferreira, e dos documentos extraídos das análises do TCU, que referido senhor deve responder por improbidade administrativa, em qualquer das modalidades dos artigos 9º, 10º e 11º, isto é, atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; que causam prejuízo ao erário e que atentam contra os princípios da Administração Pública. A hipótese enseja a ocorrência, em tese, de crime e também falta administrativa, passível de demissão.



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda**

25. É sabido que o servidor público não pode receber vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições, nem tampouco pode exercer atividades incompatíveis com o exercício do cargo ou função, mormente atuando como intermediário, junto a repartições públicas, para, valendo-se do cargo, lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade pública (artigo 117 e seus incisos da Lei do Regime Jurídico Único).

26. Houve a comprovação, extraída dos próprios depoimentos do professor Ferreira, de que realmente “ajudara” amigo seu, para obtenção de verbas junto ao FAT e que era bastante procurado, para esses fins, isto é, “fazer projetos”.

27. No TCU, comprovou-se que a Faculdade do tal amigo sequer possuía salas suficientes para fazer os treinamentos cujos recursos foram, sem dó nem pena, liberados. Ao referido professor não é possível alegar desconhecimento no caso, pois ele mesmo se intitula como conhecedor do assunto e que fazia alertas gerais no seguinte sentido: “*não têm sala... Olha, é impossível!*”

28. No entanto, ele próprio, deixou assentado que participou na elaboração da Faculdade Caiçaras.

29. Por outro lado, a Coped confirma que não treinou os alunos contratados.

30. As duas entidades juntas consumiram mais de um milhão de reais em valores do ano de 1999, isto é, há quase quatro anos atrás.

31. Em suma, um escândalo; um abuso com o dinheiro da coletividade; uma vergonha.

32. Confio na benfeitoria contribuição que esta Corte pode prestar ao caso.

33. Todos somos cidadãos.

34. Acreditar que podemos aguardar mais quantos anos não se sabe para que o Poder Público venha a ser reparado em talvez uma ou muitas outras TCE, é optar por providência que não prima pela eficiência administrativa. Além disso, há a ocorrência da prescrição a que alude a Lei de Improbidade Administrativa, pois já se tem quase quatro anos do fato.

35. Isto posto, o Ministério Público acrescenta a necessidade de o TCDF dirigir-se ao GDF para que instaure investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, sendo devidamente comunicado de tudo, a teor do artigo 15



Mit
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 280
Proc. n. 938/00
Rubrica: *Patrícia*

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda**

da Lei 8429/92. Os fatos por configurarem, em tese, crime, devem ser cientificados ao MPDFT, dono da ação pena.

36. Por fim, quando do retorno dos autos, o Corpo Instrutivo deve fazer instruir a sua análise com a conclusão do TCU a respeito; as decisões judiciais citadas e informações cabais sobre a lotação do mencionado servidor nos quadros do GDF.

É o parecer.

Brasília, 8 de Agosto de 2003.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora do MPC/DF